

## 6. POR QUÊ???

*Cidadãos e jornalistas atuam genuinamente como parceiros com iguais chances de influenciar a agenda midiática?*

[Tanni Haas, pesquisador do Brooklyn College]

Encerro esta dissertação com mais perguntas do que quando a iniciei. Fico pensando se seria alguma espécie de dever ético respondê-las, mas simplesmente sou incapaz de fazê-lo. Levantei muitos e muitos questionamentos e penso que o mais sincero e humilde que aqui posso fazer é deixar em claro que não há respostas para muitas das perguntas que fiz. Afinal, por que é cidadão o jornalista cidadão? *Por quê???*

Jornalismo cidadão, a expressão, subentende de imediato cidadania. Optei por utilizar esta categoria (*citizen journalism*) e não outra, como as tantas sinonímicas que vimos – jornalismo público (*public journalism*), jornalismo cívico (*civic journalism*), *grassroots journalism*, mesmo comunicação comunitária –, pela especial motivação em estudar a dinâmica comunicacional em um espaço popular marcado pela exclusão social, política e sobretudo civil<sup>216</sup>. Em

---

<sup>216</sup> Em sua revisão bibliográfica sobre o conceito de cidadania e a forma como esta noção foi trabalhada no Brasil, José Murilo de Carvalho recupera as idéias de T. H. Marshall, que sugere três dimensões para a cidadania: a cidadania dos direitos civis, a cidadania dos direitos políticos e a cidadania dos direitos sociais. Estas três formas de direitos aparecem em uma seqüência lógica (e também cronológica) na Inglaterra, a partir do século XVIII. Assim, os direitos civis (que incluem as liberdades básicas, como o direito de ir e vir), surgidos nesta época, possibilitaram que os ingleses reivindicassem direitos políticos, como o direito ao voto, no século XIX. A extensão do sufrágio foi aos poucos a principal responsável pela elegibilidade de grupos operários,

acepção estrita, um espaço marcado pela *marginália* – no sentido de figurar como nota nas margens dos jornais. Um jornalismo cidadão praticado por “não-cidadãos”, por cidadãos privados do direito à cidadania.

Busquei combinar metodologias – a pesquisa em arquivos, a análise de discurso e de conteúdo, as entrevistas de história oral, o uso da própria produção acadêmica orgânica como fonte de pesquisa, e mais importante, a etnografia –, a fim de que fosse possível compreender como a dinâmica do jornalismo cidadão é capaz de interferir na visão da comunidade sobre ela própria<sup>217</sup>. Como disse já na introdução desta dissertação, minha hipótese principal era de que experiências de jornalismo cidadão de base comunitária seriam capazes de favorecer a integração e a mobilização da comunidade em torno de seus objetivos. Esta hipótese se confirmou, ainda que com algumas ressalvas.

Em primeiro lugar, me parece claro que a presença de um grupo local de *experts* – e talvez só ela – é capaz de impulsionar este

---

como o Partido Trabalhista, que então instituíram direitos sociais, já no século XX [MARSHALL apud CARVALHO, 2004:10-11]. Carvalho, porém, destaca que, no caso do Brasil, a ordem se deu de modo inverso. “Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Vargas]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro [...] período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime [durante a ditadura militar]. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo” [CARVALHO, 2004:219]. (O texto original de Marshall: é MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.)

<sup>217</sup> Segundo Círcia Maria Peruzzo [2004:155], os principais aspectos positivos da comunicação comunitária, trabalhada por ela como uma “comunicação popular”, são: (1) a diversificação dos instrumentos, (2) a apropriação de meios e técnicas, (3) a conquista de espaços, (4) a veiculação de conteúdo crítico, (5) a autonomia institucional, (6) a articulação da cultura, (7) a reelaboração de valores, (8) a formação de identidades, (9) a mentalidade de serviço, (10) a preservação da memória local, (11) a democratização dos meios e (12) a conquista da cidadania.

tipo de experiência<sup>218</sup>, catalisando os esforços voluntários individuais e transformando-os em projetos capazes de despertar o interesse de patrocinadores dos setores público e privado. Patrocínios e repasses como os que hoje viabilizam o jornal O Cidadão e o Museu da Maré não são, de maneira alguma, imprescindíveis para o sucesso dessas experiências, mas podem ajudar a somar esforços como forma de incentivar a organização e a capacitação do voluntariado. Ainda assim, sem a liderança de um grupo organicamente constituído com o objetivo de delimitar o escopo da experiência, vejo com certa restrição as chances de sucesso no âmbito do jornalismo cidadão de base comunitária. Nas experiências de jornalismo participativo levadas a cabo na internet, não é diferente.

A grande distinção entre este tipo de meio de comunicação “cidadã” e as mídias tradicionais é a presença de um aspecto capaz de reordenar a relação entre *jornalista* e *cidadão*, a moderação. Veículos tradicionais de mídia apontam para duas vertentes constituintes do jornalismo: a produção de conteúdos (*newsmaking*) e a seleção de destaques (*gatekeeping*). A produção diz respeito à estrutura técnica da narrativa jornalística, cujo texto deve obedecer a determinados padrões de escrita e proporcionar um ou outro tipo de enquadramento. A seleção de destaques, por sua vez, corresponde à função de edição, em que um jornalista é responsável por determinar – através de seu particular *news judgement* [cf. TUCHMAN, 1993] – qual é a notícia mais relevante para ocupar a manchete. O jornalismo participativo, por seu caráter inclusivo, forma e é formado por um terceiro eixo além destes dois, o eixo da moderação de comunidades.

---

<sup>218</sup> Por esta razão, talvez, é que “é comum propostas de comunicação comunitária caírem na armadilha do dirigismo, onde uma pessoa ou grupo toma conta do veículo, impondo seu interesse particular – geralmente de cunho político ou comercial – afastando a comunidade de um processo participativo” [pinto 2000:61]. Isto porque, ao invés de se perceberem como “facilitadores da conversação pública”, este grupo passa a se enxergar como “disseminadores de informação especializada” (*expert information*) [cf. HAAS, 2007:7].

Moderar é mediar, ordenar, impor ao debate uma dinâmica “civilizada”, seguindo portanto o aspecto de uma *conversação civil*<sup>219</sup>. Só é possível falar em moderação quando se está diante de uma comunidade, capaz de interagir plenamente. A mudança de postura inclui a percepção de que se passa a ter “os cidadãos como participantes ativos e não como espectadores passivos do processo democrático” [HAAS, 2007:6, tradução minha]. Mas moderar, em si, segue sendo uma função hierárquica, em que uma instância é capaz de liderar e pautar o debate. Por essa razão, não raro nos fóruns de internet, moderadores são taxados de censores como se sinônimo fosse.

Na perspectiva da comunicação comunitária, o moderador é o cidadão-jornalista que se constitui em *expert*. Ou seja, ao apresentar a Maré como uma população de 130 mil habitantes e discutir a dinâmica do jornalismo cidadão de base comunitária a partir de experiências que envolveram, no âmbito da produção, do planejamento e da gestão [cf. PERUZZO, 2004], não mais do que algumas centenas de moradores, estou inevitavelmente tomando esse grupo menor como um grupo de especialistas, uma “comunidade expert”, para usar a expressão de John Zaller [1998]. No caso da Maré, personagens recorrentes como Carlinhos, Marcelo, Teteu, Wladimir, André Luís, Maria Cristina, Cláudia Rose, Luiz Antônio, Jailson, Eliana e outros, são responsáveis por alterarem a percepção que a população local tinha de si mesma a partir da visão “fabulatória” da mídia [cf. PINTO, 2004]. Este grupo, pequeno e bem

---

<sup>219</sup> A conversação civil é uma das faces da discussão na esfera pública. Chego a este termo por intermédio do texto de Francisco Jamil Marques, *Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil* [2005], que cita uma menção breve de Umberto Eco [2002] sobre como os talk-shows na televisão italiana vinham se tornando um ambiente de conversação civil. Em um terceiro texto, Michael Schudson [2004] discute *Por que a conversação civil não é a alma da democracia?*, apontando entre outros aspectos, o fato de que a principal característica da conversação civil é sua essência não-deliberativa, que, em certa medida, constitui empecilho às necessidades do processo democrático. Minha visão é de que, conquanto não se pretenda deliberativa, a conversação civil é capaz de auxiliar o cidadão no processo de deliberação individual e mesmo na argumentação com vistas à deliberação pública.

organizado, ainda que com divergências internas, é o grupo que, aos poucos, se constitui numa *comunidade de experts* da Maré [cf. SILVA, 2003], atuando não apenas para propor uma reapropriação da favela para a favela, mas para propor uma revisão (ou revisita) da favela para o mundo externo, ventilando os pouco arejados estereótipos da mídia tradicional<sup>220</sup>.

Admitindo esta virtual impossibilidade de se estabelecer idealmente a proposta de que todo cidadão possa vir a se tornar um repórter, creio que aproximo ainda mais as fronteiras do jornalismo cidadão, do jornalismo público e do jornalismo cívico [cf. algumas distinções entre estas categorias na introdução desta dissertação], sem contudo confundir-los. Em última instância, o jornalismo cidadão ainda compreende a dinâmica de produção, planejamento e gestão dos meios nas mãos do cidadão-jornalista, enquanto as duas outras correntes seguem na aposta do profissionalismo, através do jornalista-cidadão. Mas, mais importante do que buscar diferenciar uma e outra experiência, é encontrar semelhanças que nos encaminhem para as tendências comuns nos estudos teóricos e empíricos recentes sobre mídia e política. O que resta deste comentário é que, independentemente do nome que se atribua à conceituação, o que deve nos nortear é a velha pergunta de Weber [2002], “O que aporta a imprensa à conformação do homem moderno?”, ou dito por outras palavras, a mesma indagação que deu origem à Comissão Hutchins para Liberdade da Imprensa, nos Estados Unidos do pós-guerra, sobre qual seria o papel da mídia nas democracias modernas.

---

<sup>220</sup> Vale lembrar que estou, aqui, utilizando a noção de Zaller [1998] de modo que me é peculiar. Uma das características primordiais das experiências do jornalismo público, do jornalismo cívico e do jornalismo cidadão é buscar interpelar o cidadão comum como protagonista das matérias jornalísticas e não apenas os atores de elite. Em trabalhos sobre o tema [cf. HAAS, 2007], alguns pesquisadores demonstram que experiências de jornalismo público, por exemplo, costumam citar mais cidadãos comuns que atores de elite (i. e., em certo sentido, especialistas). Nesse sentido, estamos falando de um grupo mais abrangente, uma comunidade expert, por assim dizer, “formadora de opinião”.

A conclusão a que chegam os relatores da comissão em 1947, após deliberarem por quatro anos, é de que a imprensa exerce um importante papel, fundamental no desenvolvimento e na estabilidade das democracias modernas, de tal modo que é necessário haver, por parte dos meios de massa, um compromisso moral de considerar necessidades globais da sociedade ao difundirem informação<sup>221</sup>. Embora não nos pareça hoje uma grande novidade e mesmo considerando que já se tinham alguns códigos de ética do jornalismo, estas considerações são trabalhadas como marco decisivo para a compreensão da atuação jornalística segundo a teoria da responsabilidade social [cf. BERTRAND, 1999; cf. tb. *Hutchins Commission* in WIKIPEDIA].

Quando, páginas atrás [cf. introdução desta dissertação], me referi à distância entre o “jornalista cidadão” e o “empresário cidadão”, quis apontar justamente para a interpretação do significante *cidadão* em cada um dos contextos.

Pela inversão lógica na implementação histórica dos direitos básicos que constituem a cidadania, iniciando-se no Brasil a partir da instituição de direitos sociais (e não dos direitos civis) no Governo Vargas – conforme analisa José Murilo de Carvalho [2004:10-11] –, é possível depreender o ponto de partida da preocupação burguesa com o “social”, através da filantropia. Monica de Jesus Cesar [2008], que desenvolve sua pesquisa a partir da esfera do Serviço Social, lembra que a filantropia era um meio empregado pela classe burguesa para amenizar sua face exploradora [CESAR, 2008:25], isto é, uma espécie de *illusio*. Hoje, segundo a autora de *Empresa Cidadã*, está em pauta uma renovação da cultura empresarial, “sob a ótica da ‘defesa da cidadania’ e do ‘solidarismo’” [id.:54]. A “empresa cidadã”, para ela, traduz o espírito social do empresariado, numa estratégia para manter esta hegemonia. Comentando no prefácio do

---

<sup>221</sup> Críticas e elogios aos relatórios da Comissão Hutchins podem ser conferidos no verbete da Wikipedia que traz ainda mais detalhes sobre a conclusão das investigações. Cf. **Hutchins Comission** [disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Hutchins\\_Commission](http://en.wikipedia.org/wiki/Hutchins_Commission)>, tradução minha].

trabalho de Mônica César, Ana Elizabete Mota, professora do Departamento de Serviço Social da UFPE, dá cor à discussão, pontuando os empresários como “demiurgos de uma responsabilidade social pública” [in CESAR, 2008:13]. No caso das experiências de jornalismo cidadão, se há ou não um grupo de experts à frente da iniciativa, eu não os descreveria como “demiurgos”, uma vez que são indivíduos que se inserem no contexto da experiência, e não elementos externos. A idéia que move o jornalismo cidadão é de empoderar o cidadão comum para o uso de ferramentas de mídia – no caso em que trabalho, de mídia *comunitária* –, com o objetivo claro de fomentar o interesse pela participação em assuntos de interesse público. Como dizem Chaney [1986] e Carey [apud HAAS, 2007], e eu os lembrei ao longo desta dissertação, o jornalismo deve ser visto como um meio de expressão para o seu público, um instrumento capaz de ajudá-lo a formar e encontrar sua identidade.

Uma experiência rica e multifacetada em termos de comunicação comunitária como a experiência histórica da Maré pode nos ajudar a compreender como os meios de comunicação operam interna e externamente, com a vantagem de estarmos analisando em escala reduzida uma série de iniciativas com as mesmas complexidades que se poderia encontrar no panorama das mídias tradicionais. Procurei demonstrar, apoiando-me no Princípio da Conservação e Mutação da Energia Social, de Hirschman [1987], que nem sempre fracassos são fracassos e que às vezes o simples fato de uma experiência anterior ter tido lugar já é capaz de influenciar o surgimento de outras experiências semelhantes, seja pela energia social acumulada, seja pelas redes que se formaram, seja pela cultura de mídia – no caso específico da comunicação comunitária – que pavimenta o terreno para novas estradas. Este, por exemplo, me parece ser o elo entre experiências como a do jornal O Cidadão (certamente influenciado pelo União da Maré e pela TV Maré), a da Rádio Maré FM (influenciada pela antiga Maré FM e pela Rádio Progressiva), e a do Museu da Maré (em certa medida, também fruto da influência da TV Maré). É importante frisar, é claro, que tais

experiências, como lembra André Luís Esteves Pinto [2004:103] somente se justificam pelas condições históricas, políticas e culturais em que se firmaram. Ainda assim, é inegável que estas três iniciativas que hoje se desenvolvem, conquanto possam resultar em fracassos retumbantes no futuro, já alcançaram seus objetivos e, por sua vez, acumularam energia social suficiente para que outras experiências tenham espaço, dentro e fora da Maré.

Quis evidenciar ainda a importância atribuída, em particular pelo próprio grupo de articuladores da Maré, ao trabalho sobre a memória local. O leque de possibilidades aberto por este tipo de experiência extrapola até mesmo a questão da preservação dessa memória e influi diretamente sobre a auto-estima dos moradores, o que permite que se avance na questão da construção de uma identidade mareense e na própria reapropriação e ressignificação de uma categoria política instituída verticalmente, como a decretação do bairro Maré. Trabalhar com a memória local, no caso específico do museu, é instrumentalizar a história como ferramenta de comunicação sincrônica, capaz de transmitir a visitantes-moradores e visitantes-turistas uma narrativa distinta da “fábula” tradicionalmente encenada. Uma narrativa épica como a de Dona Orosina recolhendo pedaços de madeira para montar, com seu facão, o barraco que primeiro povoou a região. Ou uma narrativa que conta com humor e bravura os tempos das enchentes nas palafitas. Quando escolhi trabalhar com a Maré como objeto de pesquisa, jamais pude imaginar que teria tão pouco tempo pela frente, para a vastidão de histórias, lendas, casos, exemplos, experiências com que eu iria cruzar.

Pela especificidade dos interesses da comunidade expert da Maré, fica difícil definir se falamos de meios de comunicação que trabalham aspectos da memória local ou se são meios de memórias que trabalham em torno da comunicação comunitária. Uma coisa, porém, é certa: estes meios não apenas produzem/recuperam uma memória da região, como também projetam para o futuro sua disposição em documentar o cotidiano da favela hoje.



Em seu livro *A revolução da cultura impressa*, Elizabeth Eisenstein [1998:96-97] comenta sobre uma carta de Thomas Jefferson a George Wythe que o surgimento da imprensa trouxe uma nova concepção acerca da dinâmica preservacionista. Anterior a Walter Benjamin e de certa forma contrapondo-se a ele, Jefferson apontava que, a partir da reprodutibilidade técnica garantida pela imprensa, as idéias podiam ser preservadas de modo mais fácil. Para ele, a preservação seria sinônimo de multiplicação do conhecimento e dos materiais.

O jornalismo cidadão, nessa perspectiva, atua não só no sentido de tentar recuperar parte desta memória, como também de preservá-la. Inscreve-se, portanto, na categoria de documento-monumento. E acredito que uma conclusão importante a se tirar daí é a de que, sendo um dos escopos prioritários do jornalismo cidadão, a constituição e/ou afirmação de uma identidade local está intimamente relacionada ao trabalho de memória.

\*\*\*

Muitas vezes me senti um peixe fora d'água no aquário da minha interdisciplinaridade<sup>222</sup>, mas quando eu trouxe para a discussão sociológica (e histórica) a avaliação conceitual de uma categoria intimamente relacionada com a esfera da internet e das novas tecnologias, que é a do jornalismo cidadão, minha intenção foi de alargar as fronteiras acadêmicas deste tipo de experiência, procurando contribuir para a compreensão do jornalismo cidadão como algo além de um fenômeno típico do mundo virtual. Ao falar em jornalismo cidadão de base comunitária, acabei descobrindo eu

---

<sup>222</sup> É curioso notar que a maior parte das discussões que entrelaçam História e Comunicação usam a imprensa apenas como *fonte de pesquisa* para então alcançar seu objeto. Nesses casos, costuma-se consultar periódicos antigos para análise. Por outro lado, nas discussões sobre Comunicação Política, o objeto é geralmente o Estado e as relações de poder; a mídia é o *método*, buscando-se desenvolver análises de valência e de discurso. As variações podem suscitar questões metodológicas que eu sequer estou apto a responder com precisão, mas o fato é que a comunicação foi desde sempre meu *objeto* e a história meu *método*.

mesmo que os meios de comunicação locais têm um potencial de despertar o indivíduo comum para o exercício da cidadania mais forte e mais apelativo que qualquer debate cívico na internet, geralmente incapaz de dissolver a apatia em torno do processo de deliberação pública [cf. MAIA, 2002]. Não sei – e talvez seja difícil mensurar este tipo de análise – se a comunicação comunitária é capaz de fato de favorecer a deliberação pública ou individual no âmbito local acerca dos assuntos de interesse comum. A passagem em que relato o desânimo dos editores do jornal União da Maré com a baixa participação dos moradores da comunidade nas reuniões em que discutiam o Projeto Rio me aponta na direção de que mesmo um meio hiperlocal não é garantia de rompimento desta barreira de apatia que geralmente se opõe à participação cidadã. Entretanto, por reduzir em escala e aproximar os limites da opinião pública que conforma, os meios comunitários têm uma facilidade maior em dispor de uma esfera pública presencial e, por esta razão, absorvem com mais facilidade também a formação de redes de intercâmbio entre as experiências, pondo em contato direto agentes que compartilham energia social.

\*\*\*

Como a etnografia foi capaz de demonstrar, a experiência dos meios comunitários da Maré é, em escala reduzida, bastante semelhante a qualquer outra experiência de mídia. Os moradores comuns que não têm contato com os articuladores dos meios sequer são capazes de identificar as instituições que viabilizam tais iniciativas. Como vimos no caso do jornal O Cidadão, não são raros os casos de pessoas que atribuem ao jornal o caráter de “nosso” e ao mesmo tempo não sabem se tratar o veículo de um informativo produzido pelo Ceasm. Mas é essa mesma distância de escala a principal diferença e a principal vantagem dos meios comunitários em relação à mídia tradicional.

Quero concluir, portanto, evidenciando esta vantagem de escala, e tentando dirimir a oposição corporativa à proposta do jornalismo cidadão. Condicionar um meio de comunicação hiperlocal

à existência de um jornalista-cidadão é ignorar a realidade social brasileira, em que o acesso às universidades pelas camadas mais populares é ainda baixo e restrito. Prefiro supor que agentes capacitados como os personagens que citei ao longo desta dissertação possam efetivamente exercer a função de moderação de uma comunidade (real e/ou virtual); uma função civilizatória e – por que não? –, por vezes, pedagógica.

O papel do jornalista (entendido como expert), seja ele um profissional de jornalismo ou não, parece ser, portanto, imprescindível para afirmação de experiências do gênero. Creio que as conclusões que indiquei acima são muito menos radicais do que a proposta de tornar cada cidadão um repórter pode parecer em princípio.

Some-se a isso as críticas que li e ouvi a respeito da forma como o jornalismo cidadão, nos meios digitais, vem sendo trabalhado, sobretudo por valorizar temas de interesse particular (e não público) e por re-mediarem informações já veiculadas em meios vinculados ao *mainstream* [cf. os argumentos de alguns teóricos em HAAS, 2007:23 e 148-155]. De acordo com essas críticas, sem produzir conteúdo novo (apenas re-mediando os veículos tradicionais com clippings e congêneres) e destacando conteúdos apartados do interesse público, esses meios – entre weblogs produzidos por cidadãos comuns e websites de comunidades hiperlocais –, em verdade, seguiriam na contramão dos ideais do jornalismo cidadão, como experimento público de jornalismo organizado pelos cidadãos eles próprios [cf. HAAS, 2007:23]. O que fica, para mim, deste tipo de crítica é o entendimento comum de que a tecnologia é meio e não fim<sup>223</sup>. Ela

---

<sup>223</sup> Em um curto artigo em seu blog [disponível em: <<http://www.journalism20.com/blog/2008/12/11/can-newspapers-compete-with-hyperlocal-blogs/>>], sobre a competição entre jornais comunitários e blogs hiperlocais, Mark Briggs, um pesquisador do chamado *Jornalismo 2.0*, afirma que jornais locais podem, sim, competir com a cobertura jornalística de blogs, mas, para isso, precisam lidar com problemas de estrutura interna em sua dinâmica, entre eles: (1) o foco da cobertura, uma vez que as editorias são constituídas por temas e não divididas geograficamente; (2) a alta rotatividade nas redações, que impede, por exemplo, que os repórteres tenham “pé na rua”; (3) o modelo de publicidade e os departamentos

serve aos interesses do jornalista comunitário como aos interesses da Grande Mídia. É preciso, portanto, saber se apropriar dela. E, aqui, cabe uma aproximação com a imagem cunhada por Ronaldo Lemos [2008], advogado e diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito da FGV-RJ: é preciso hackear o sistema! Seja o sistema operacional de um computador ou o próprio sistema democrático, mais importa à dinâmica do jornalismo cidadão que o cidadão comum se aproprie dos meios de produção.

E, de fato, o ‘sistema’ democrático está sendo hackeado hoje das mais diversas maneiras. Entre elas, pelos movimentos sociais, que geram seus próprios canais [de] representação. Ou pela descentralização radical da produção do conhecimento da cultura, que faz surgir a chamada ‘inteligência coletiva’ (da qual surge, por exemplo, o software livre) [LEMONS, 2008].

A imagem de Lemos [2008] não quer obviamente propor qualquer tipo de medida anárquica. A chamada *ética hacker*, termo cunhado e celebrado por entusiastas do ciberespaço, tem como pressuposto a crença no potencial do compartilhamento de informações e no respeito à confidencialidade e à propriedade. Hackear, nesse sentido, é sinônimo apenas de explorar e desconstruir. Desconstruir o sistema é romper o elemento *in machina*.

Ao discutirmos o potencial mobilizador do jornalismo cidadão e suas possibilidades de inserção num modelo de participação cidadã, estamos falando em um hackeamento também do sistema midiático. Para Habermas [2003], a genuína deliberação pública só ocorre no momento em que os cidadãos deixam de lado as desigualdades sociais e interagem como socialmente paritários. De acordo com Tanni Haas [2007:36-37, tradução minha], esta visão “comunitária” (problemas comuns, objetivos comuns) leva os pesquisadores de mídia a presumirem que sempre se chegará a uma

---

comerciais, que se fundamentam em anúncios caros vendidos para grandes empresas; e (4) a baixa participação da audiência, pois os jornais, de modo geral, se especializaram em uma comunicação em via de mão única (“nós publicamos, vocês lêem”) e agora têm de correr atrás para reverter esta situação.

solução consensual se todos se tratarem como iguais do ponto de vista social. “Mas esta visão de comunidade e deliberação pública”, diz o autor [id.:ibid.], “é problemática porque ignora que mesmo comunidades pequenas tendem a serem fragmentadas em múltiplos grupos sociais”. Dois exemplos claros disso são (1) as diferentes origens das 16 comunidades que conformam a Maré e, ainda, (2) a cisão interna que hoje divide o Ceasm em dois grupos distintos. Nesse sentido, como defende mais uma vez Haas [2007:37], ao invés de buscar soluções consensuais para a totalidade dos cidadãos, o papel do agente jornalístico (entendido como expert) deveria ser o de estimular os cidadãos a refletirem sobre suas diferenças.

No fim, entra em questão novamente a relação existente entre o exercício da cidadania e a constituição de uma identidade, para a qual aponte ao citar o caso do Museu da Maré, por exemplo. Durante o período de campo e no contato cotidiano com as pessoas que me interpelavam sobre o andamento da pesquisa, pude compreender que há dois tipos de pressão a que são submetidas as comunidades populares: a pressão externa (do estereótipo, da fábula) e a pressão interna (da auto-estima). O pioneirismo da comunicação comunitária na área da Maré está não no fato de se operar com uma intenção contra-hegemônica, mas na circunstância de tentar articular um movimento de dentro para fora. Nesse sentido, é muito bem sucedida a experiência de trabalho a partir da memória local em prol de uma identidade dita mareense. Usando ou não este termo – que é uma criação política do Ceasm –, os meios de comunicação que analisei, todos eles, preocupavam-se em certa medida em criar fronteiras para o local. Este tipo de delimitação favorece o sentimento de pertencimento e estimula a ação comum. Assim, evidenciando as diferenças, construindo e fundamentando suas identidades, e reafirmando a memória local, cidadãos previamente excluídos do “sistema” da cidadania podem passar a integrá-lo.

Desconstruir o sistema midiático talvez seja a principal potencialidade advinda da dinâmica do jornalismo cidadão. Mas desconstruir – exatamente no sentido do que fazem os hackers

contratados pelas grandes corporações para explorar as eventuais falhas de segurança de seus sistemas – não significa destruir. Desconstruir é usar da engenharia reversa para se encontrar brechas. No momento em que uma brecha é encontrada, como no caso dos hackers, é preciso trabalhar – e este trabalho cabe então às corporações – para que sua solução seja incorporada brevemente ao sistema, que logo se torna mais seguro e estável. Hackear o sistema midiático, portanto, é encontrar brechas: temas descobertos, emissores não privilegiados, novas fórmulas. Experiências de jornalismo cidadão de base comunitária demonstram que ainda há muito a ser explorado. Por que é cidadão o jornalista cidadão? Talvez porque sua cidadania esteja fundamentada na prática jornalística.

## 7. BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA

### a) fontes de pesquisa

- AGUIAR, Wladimir. *Entrevista de história oral concedida a CHAGAS*, V. 1h30 de duração, em meio analógico. Rio de Janeiro, 2008. **(Depoimento oral.)**
- CARVALHO, Monique Batista de. *Memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Maré – RJ. Anpuh*. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História (História: Guerra e Paz). Londrina (PR): ANPUH / UEL, 2005. 9 pp.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *A Maré em dados: Censo 2000*. Rio de Janeiro: Ceasm / Maré das Letras, 2003a.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *Livro de contos e lendas da Maré*. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003b.
- CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). **Projeto O Cidadão. Programa de Mecenato do Ministério da Cultura (2005-6)**. Rio de Janeiro: mimeo, 2005.
- FERREIRA, Verônica da Silva. *Visão distorcida. Observatório de Favelas, Comunicação*. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodefavelas.org.br/>>. Acesso em: 12 ABR 2007.
- GOMES, Abel. *Processo nº 1999.51.01.049255-5*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2002.
- GOMES, Abel. *Relatório. XVI recurso em sentido estrito*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2005a.
- GOMES, Abel. *Voto, Ementa e Acórdão. XVI recurso em sentido estrito*. Processual penal n. 1999.51.01.049255-5. 4ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro (9900492552). Rio de Janeiro: 2005b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Museu da Maré*. In: **Cadastro Nacional de Museus**. Rio de Janeiro: IPHAN (mimeo), 2005.
- JUNG, Taiana Santos. *Considerações históricas da organização espacial da Cidade do Rio de Janeiro: um enfoque no Complexo da Maré. Abep*. Trabalho apresentado no 4º Encontro Nacional sobre Migração da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro: ABEP, 2005.